

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

Direito Civil BRASILEIRO

1

PARTE GERAL

17ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53607-65-5 obra completa
ISBN 978-85-53602-71-1 volume 1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

SOMOS | **saraiva**
EDUCAÇÃO

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Gonçalves, Carlos Roberto

Direito civil brasileiro, volume 1 : parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. – 17. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil I. Título.

18-1071

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro

Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Luciano Assis
Revisão Jaqueline Kanashiro
Willians Calazans de V. de Melo

Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim

Impressão e acabamento Sergio Luiz Pereira Lopes
Brasilform Editora e Ind. Gráfica

Data de fechamento da edição: 6-11-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605150 CAE 630558

1141321

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL

CAPÍTULO I

CONCEITO E DIVISÃO DO DIREITO

1. Conceito de direito	17
2. Distinção entre o direito e a moral	19
3. Direito positivo e direito natural	20
4. Direito objetivo e direito subjetivo	22
5. Direito público e direito privado	24
6. A unificação do direito privado	28

CAPÍTULO II

DIREITO CIVIL

1. Conceito de direito civil	30
2. Histórico do direito civil	31
3. A codificação	33
4. O Código Civil brasileiro	36
4.1. O Código Civil de 1916	36
4.2. O Código Civil de 2002	38
4.2.1. Estrutura e conteúdo	40
4.2.2. Princípios básicos	41
4.2.3. Direito civil- constitucional	42
4.2.4. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	44

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

1.	Conteúdo e função	46
2.	Fontes do direito	48
3.	A lei.....	49
3.1.	Conceito.....	50
3.2.	Principais características	50
3.3.	Classificação.....	52
4.	Vigência da lei	57
4.1.	Início da vigência	57
4.2.	Revogação da lei.....	60
5.	Obrigatoriedade das leis	67
6.	A integração das normas jurídicas	68
6.1.	A analogia.....	70
6.2.	O costume.....	72
6.3.	Os princípios gerais de direito.....	74
6.4.	A equidade.....	75
7.	Aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	76
8.	Conflito das leis no tempo	81
9.	Eficácia da lei no espaço.....	85
10.	Inovações introduzidas pela Lei n. 13.655, de 25 de abril de 2018....	91

Livro I DAS PESSOAS

TÍTULO I DAS PESSOAS NATURAIS

CAPÍTULO I DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE

INTROITO

1.	Nota introdutória	97
2.	Personalidade jurídica	98
3.	Capacidade jurídica e legitimação	99

DAS PESSOAS COMO SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICA

4. Os sujeitos da relação jurídica	101
5. Conceito de pessoa natural	103
6. Começo da personalidade natural	104

DAS INCAPACIDADES

7. Conceito e espécies	114
7.1. Incapacidade absoluta: os menores de 16 anos	115
7.2. Incapacidade relativa	119
7.2.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos	120
7.2.2. Os ébrios habituais e os viciados em tóxico	122
7.2.3. Os que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade	123
7.2.4. Os pródigos	123
7.2.5. Curatela de pessoas capazes (deficientes) e inca- pazes	125
7.2.5.1. O procedimento da curatela	125
7.2.5.2. A tomada de decisão apoiada	131
8. A situação jurídica dos índios	132
9. Modos de suprimento da incapacidade	135
10. Sistema de proteção aos incapazes	136
11. Cessação da incapacidade	138
11.1. Maioridade	139
11.2. Emancipação	140
11.2.1. Emancipação voluntária	141
11.2.2. Emancipação judicial	143
11.2.3. Emancipação legal	144

EXTINÇÃO DA PERSONALIDADE NATURAL

12. Modos de extinção	149
12.1. Morte real	149
12.2. Morte simultânea ou comoriência	150
12.3. Morte civil	151
12.4. Morte presumida	152

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL

13. Modos de individualização	154
13.1. Nome	154
13.1.1. Conceito	155
13.1.2. Natureza jurídica	157
13.1.3. Elementos do nome	158
13.1.3.1. Prenome	159
13.1.3.2. Sobrenome	160
13.1.4. Imutabilidade do nome	162
13.1.4.1. Retificação de prenome	162
13.1.4.2. Adições intermediárias	166
13.1.4.3. Mudanças no sobrenome	167
13.1.4.4. Outras hipóteses	170
13.2. Estado	180
13.2.1. Aspectos	180
13.2.2. Caracteres	182
13.3. Domicílio	183
13.3.1. Domicílio da pessoa natural	184
13.3.1.1. Conceito	184
13.3.1.2. Espécies	187
13.3.2. Domicílio da pessoa jurídica	190
14. Atos do registro civil	192

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

1. Conceito	198
2. Fundamentos dos direitos da personalidade	200
3. Características dos direitos da personalidade	201
4. Disciplina no Código Civil	204
4.1. Da proteção aos direitos da personalidade	205
4.2. Os atos de disposição do próprio corpo	207
4.3. O tratamento médico de risco	211
4.4. O direito ao nome	215
4.5. A proteção à palavra e à imagem	216
4.6. A proteção à intimidade	219

CAPÍTULO III DA AUSÊNCIA

1.	Introdução	221
2.	Da curadoria dos bens do ausente	222
3.	Da sucessão provisória	224
4.	Da sucessão definitiva	225
5.	Do retorno do ausente	226
6.	Ausência como causa de dissolução da sociedade conjugal.....	227

TÍTULO II DAS PESSOAS JURÍDICAS

1.	Conceito.....	229
2.	Natureza jurídica	231
2.1.	Teorias da ficção	231
2.2.	Teorias da realidade.....	232
3.	Requisitos para a constituição da pessoa jurídica	234
3.1.	Começo da existência legal	235
3.2.	Sociedades irregulares ou de fato	238
3.3.	Grupos despersonalizados	240
4.	Classificação da pessoa jurídica	244
4.1.	Pessoas jurídicas de direito privado	247
4.1.1.	As associações	248
4.1.2.	As sociedades	252
4.1.3.	As fundações	254
4.1.4.	As organizações religiosas	263
4.1.5.	Partidos políticos.....	264
5.	Desconsideração da personalidade jurídica	264
6.	Responsabilidade das pessoas jurídicas	275
6.1.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado	276
6.2.	Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público	278
6.2.1.	Evolução histórica	278
6.2.2.	A Constituição Federal de 1988.....	279
6.2.3.	Responsabilidade por atos omissivos.....	282
6.2.4.	Danos decorrentes de atos judiciais	283

6.2.4.1. Atos judiciais em geral	283
6.2.4.2. Erro judiciário	286
6.2.5. Danos decorrentes de atos legislativos.....	288
6.2.5.1. Danos causados por lei inconstitucional..	288
6.2.5.2. Danos causados por lei constitucionalmente perfeita	289
6.2.5.3. Imunidade parlamentar	290
7. Extinção da pessoa jurídica	291

Livro II DOS BENS

1. Objeto da relação jurídica.....	295
2. Bens corpóreos e incorpóreos.....	297
3. Patrimônio	299
4. Classificação dos bens	301
4.1. Bens considerados em si mesmos.....	302
4.1.1. Bens imóveis e bens móveis	303
4.1.1.1. Bens imóveis	304
4.1.1.2. Bens móveis	309
4.1.2. Bens fungíveis e infungíveis	312
4.1.3. Bens consumíveis e inconsumíveis	314
4.1.4. Bens divisíveis e indivisíveis	316
4.1.5. Bens singulares e coletivos	318
4.2. Bens reciprocamente considerados	319
4.2.1. Bens principais e accessórios	320
4.2.2. As diversas classes de bens accessórios	321
4.2.2.1. Os produtos.....	322
4.2.2.2. Os frutos	322
4.2.2.3. As pertenças	323
4.2.2.4. As benfeitorias	325
4.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares	328
4.4. Bens quanto à possibilidade de serem ou não comercializados: bens fora do comércio e bem de família	333

Livro III DOS FATOS JURÍDICOS

TÍTULO I DO NEGÓCIO JURÍDICO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1.	Fato jurídico em sentido amplo	335
1.1.	Conceito	336
1.2.	Espécies	337
2.	Negócio jurídico	339
2.1.	Conceito	339
2.2.	Finalidade negocial	342
2.2.1.	Aquisição de direitos	342
2.2.2.	Conservação de direitos	344
2.2.3.	Modificação de direitos	345
2.2.4.	Extinção de direitos	346
2.3.	Teoria do negócio jurídico	347
2.4.	Classificação dos negócios jurídicos	349
2.4.1.	Unilaterais, bilaterais e plurilaterais	349
2.4.2.	Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes	351
2.4.3.	<i>Inter vivos e mortis causa</i>	352
2.4.4.	Principais e acessórios. Negócios derivados	353
2.4.5.	Solenes (formais) e não solenes (de forma livre) ...	354
2.4.6.	Simplex, complexos e coligados	355
2.4.7.	Dispositivos e obrigacionais	356
2.4.8.	Negócio fiduciário e negócio simulado	357
2.5.	Interpretação do negócio jurídico	359
3.	Ato jurídico em sentido estrito	362
4.	Ato-fato jurídico	364

ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

5.	Classificação	367
6.	A tricotomia existência-validade-eficácia	368

7. Requisitos de existência	370
7.1. Declaração de vontade	370
7.1.1. O silêncio como manifestação de vontade	372
7.1.2. Reserva mental	373
7.1.2.1. Conceito	373
7.1.2.2. Efeitos	374
7.2. Finalidade negocial	376
7.3. Idoneidade do objeto	376
8. Requisitos de validade	377
8.1. Capacidade do agente	379
8.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável	381
8.3. Forma	382

CAPÍTULO II DA REPRESENTAÇÃO

1. Introdução	385
2. Espécies de representação	386
3. Espécies de representantes	387
4. Regras da representação	388
5. Representação e mandato	389
6. Contrato consigo mesmo (autocontratação)	391
6.1. Conceito	391
6.2. Efeitos	392

CAPÍTULO III DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO

1. Introdução	395
2. Condição	396
2.1. Conceito	396
2.2. Elementos da condição	398
2.3. Condição voluntária e condição legal	399
2.4. Negócios jurídicos que não admitem condição	400
2.5. Classificação das condições	402
2.6. Retroatividade e irretroatividade da condição	409
2.7. Pendência, implemento e frustração da condição	411

3. Termo.....	412
3.1. Conceito.....	412
3.2. Espécies.....	413
3.3. Os prazos e sua contagem.....	414
4. Encargo ou modo.....	416

CAPÍTULO IV DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução.....	419
2. Erro ou ignorância.....	420
2.1. Conceito.....	420
2.2. Espécies.....	420
2.2.1. Erro substancial e erro acidental.....	421
2.2.1.1. Características do erro substancial.....	422
2.2.1.2. Erro substancial e vício redibitório.....	426
2.2.2. Erro escusável.....	426
2.2.3. Erro real.....	430
2.2.4. Erro obstativo ou impróprio.....	430
2.3. O falso motivo.....	431
2.4. Transmissão errônea da vontade.....	432
2.5. Convalescimento do erro.....	433
2.6. Interesse negativo.....	434

O DOLO

3. Conceito.....	435
4. Características.....	436
5. Espécies de dolo.....	437

A COAÇÃO

6. Conceito.....	444
7. Espécies de coação.....	445
8. Requisitos da coação.....	446
9. Coação exercida por terceiro.....	451

O ESTADO DE PERIGO

10. Conceito.....	453
-------------------	-----

11. Distinção entre estado de perigo e institutos afins	454
11.1. Estado de perigo e lesão	454
11.2. Estado de perigo e estado de necessidade	456
11.3. Estado de perigo e coação	457
12. Elementos do estado de perigo	457
13. Efeitos do estado de perigo	460

A LESÃO

14. Conceito	463
15. Características da lesão	465
16. Elementos da lesão	467
17. Efeitos da lesão	469

A FRAUDE CONTRA CREDORES

18. Conceito	471
19. Elementos constitutivos	472
20. Hipóteses legais	474
20.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida....	475
20.2. Atos de transmissão onerosa	476
20.3. Pagamento antecipado de dívida	477
20.4. Concessão fraudulenta de garantias	478
21. Ação pauliana ou revocatória	479
21.1. Natureza jurídica	479
21.2. Legitimidade ativa	482
21.3. Legitimidade passiva	484
22. Fraude não ultimada	485
23. Validade dos negócios ordinários celebrados de boa-fé pelo devedor	486
24. Fraude contra credores e fraude à execução	488

CAPÍTULO V DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. Introdução	495
2. Negócio jurídico inexistente	496
3. Nulidade	497

3.1. Conceito	497
3.2. Espécies de nulidade	497
3.3. Causas de nulidade	498
4. Anulabilidade	500
4.1. Conceito	500
4.2. Causas de anulabilidade	501
5. Diferenças entre nulidade e anulabilidade	501
6. Disposições especiais	504
7. Conversão do negócio jurídico	505

A SIMULAÇÃO

8. Conceito	506
9. Características da simulação	507
10. Espécies de simulação	508
11. Hipóteses legais de simulação	511
12. Efeitos da simulação	512
13. Simulação e institutos afins	512

TÍTULO II DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS

1. Disposições aplicáveis	514
2. Críticas à inovação	514

TÍTULO III DOS ATOS ILÍCITOS

1. Conceito	517
2. Responsabilidade contratual e extracontratual	520
3. Responsabilidade civil e responsabilidade penal	521
4. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	522
5. Imputabilidade e responsabilidade	524
5.1. A responsabilidade dos privados de discernimento	524
5.2. A responsabilidade dos menores	526
6. Pressupostos da responsabilidade extracontratual	527
6.1. Ação ou omissão	527
6.2. Culpa ou dolo do agente	528

6.3. Relação de causalidade	529
6.4. Dano	529
7. Atos lesivos não considerados ilícitos	530
7.1. A legítima defesa	530
7.2. O exercício regular e o abuso de direito	531
7.3. O estado de necessidade	533

TÍTULO IV DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA

CAPÍTULO I DA PRESCRIÇÃO

1. Introdução	535
2. Conceito e requisitos	537
3. Pretensões imprescritíveis	539
4. Prescrição e institutos afins	540
5. Disposições legais sobre a prescrição	542
6. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição	547
7. Das causas que interrompem a prescrição	551

CAPÍTULO II DA DECADÊNCIA

1. Conceito e características	557
2. Disposições legais sobre a decadência	559

TÍTULO V DA PROVA

1. Introdução	561
2. Meios de prova	562
2.1. Confissão	562
2.2. Documento	563
2.3. Testemunha	567
2.4. Presunção	569
2.5. Perícia	569
Bibliografia	571

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

2 TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

17ª edição

2020

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5-obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**saraiva**
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

sac.sets@somoseducacao.com.br

Gonçalves, Carlos Roberto

Teoria geral das obrigações / Carlos Roberto Gonçalves. -
Coleção Direito civil brasileiro volume 2 – 17. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2020.
464 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1411-0 (impresso)

1. Direito civil 2. Obrigações (Direito) - Brasil I. Título.

20-0107

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Obrigações : Direito civil 347.4(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais Fernando Penteado

Consultoria acadêmica Munio Angeli Dias dos Santos**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)**Novos projetos** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza**Produção editorial** Fernanda Matajs (coord.)
Daniela Nogueira Secondo**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)
Amanda Mota Loyola
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa**Projetos e serviços editoriais** Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Gonçalves Dias**Diagramação** SBNigri Artes e Textos Ltda**revisão** C&C Criações e Textos Ltda**Capa** IDÉE arte e comunicação**Produção gráfica** Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola**Data de fechamento da edição: 4-11-2019**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606092 CAE 716618

ÍNDICE

PARTE ESPECIAL

LIVRO I

DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1. Conceito e âmbito do direito das obrigações	17
2. Importância do direito das obrigações	19
3. Características principais do direito das obrigações	20
4. Relações com as outras ramificações do direito civil	22
5. Direitos obrigacionais ou pessoais e direitos reais	23
5.1. Principais distinções	25
5.2. Figuras híbridas	27
5.2.1. Espécies	27
5.2.2. Obrigações <i>propter rem</i>	27
5.2.2.1. Conceito	27
5.2.2.2. Natureza jurídica	31
5.2.3. Ônus reais	31
5.2.4. Obrigações com eficácia real	32
6. Evolução da teoria das obrigações	33
7. Posição do direito das obrigações no Código Civil	35
8. A unificação do direito obrigacional	36

CAPÍTULO II

NOÇÕES GERAIS DE OBRIGAÇÃO

1.	Conceito de obrigação	38
2.	Elementos constitutivos da obrigação.....	40
2.1.	Sujeitos da relação obrigacional (elemento subjetivo)	40
2.2.	Objeto da relação obrigacional (elemento objetivo).....	42
2.3.	Vínculo jurídico da relação obrigacional (elemento abstrato) .	46
3.	Fontes das obrigações	47
3.1.	Introdução	47
3.2.	Fontes no direito romano e em outras legislações contemporâneas	47
3.3.	Concepção moderna das fontes das obrigações.....	49
4.	Distinção entre obrigação e responsabilidade.....	52

TÍTULO I

DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES

1.	Introdução	55
2.	Noção geral	55

CAPÍTULO I

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR

1.	Introdução	59
2.	Formas	59

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA CERTA

3.	Noção e conteúdo	61
4.	Impossibilidade de entrega de coisa diversa, ainda que mais valiosa	64
5.	Tradição como transferência dominial	65
6.	Direito aos melhoramentos e acrescidos	67
7.	Abrangência dos accessórios	70
8.	Obrigação de entregar	72
8.1.	Perecimento sem culpa e com culpa do devedor	72
8.2.	Deterioração sem culpa e com culpa do devedor	73

9. Obrigação de restituir	74
9.1. Perecimento sem culpa e com culpa do devedor	75
9.2. Deterioração sem culpa e com culpa do devedor	76
10. Das obrigações pecuniárias.....	77

DAS OBRIGAÇÕES DE DAR COISA INCERTA

11. Conceito.....	80
12. Diferenças e afinidades com outras modalidades.....	81
13. Disciplina legal	82
13.1. Indicação do gênero e quantidade.....	82
13.2. Escolha e concentração.....	83
13.3. Gênero limitado e ilimitado	85

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER

1. Conceito.....	87
2. Espécies	89
3. Inadimplemento	90
3.1. Obrigações infungíveis ou personalíssimas.....	92
3.2. Obrigações fungíveis ou impessoais.....	95
3.3. Obrigações consistentes em emitir declaração de vontade..	96

CAPÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER

1. Noção e alcance	99
2. Inadimplemento da obrigação negativa	100
3. Regras processuais.....	102

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS

1. Obrigações cumulativas e alternativas	103
2. Conceito de obrigação alternativa.....	104
3. Direito de escolha	106

4. A concentração	108
5. Impossibilidade das prestações	110
6. Obrigações facultativas	111
6.1. Conceito	111
6.2. Características e efeitos	113

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS

1. Conceito de obrigação divisível e indivisível	116
2. Espécies de indivisibilidade	120
3. A indivisibilidade em relação às várias modalidades de obrigações	121
4. Efeitos da divisibilidade e da indivisibilidade da prestação	123
4.1. Pluralidade de devedores	123
4.2. Pluralidade de credores	126
5. Perda da indivisibilidade	131

CAPÍTULO VI

DAS OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito e características	134
2. Natureza jurídica da solidariedade	136
3. Diferenças entre solidariedade e indivisibilidade	138
4. Princípios comuns à solidariedade	138
5. Espécies de obrigação solidária	142

DA SOLIDARIEDADE ATIVA

6. Conceito	143
7. Características da solidariedade ativa	146
8. Disciplina legal	148
9. Extinção da obrigação solidária	153
10. Direito de regresso	155

DA SOLIDARIEDADE PASSIVA

11. Conceito e características	157
12. Direitos do credor	160
13. Efeitos da morte de um dos devedores solidários	162
14. Relações entre os codevedores solidários e o credor	163
14.1. Consequências do pagamento parcial e da remissão	163
14.2. Cláusula, condição ou obrigação adicional	165
14.3. Renúncia da solidariedade	167
15. Impossibilidade da prestação	168
16. Responsabilidade pelos juros	171
17. Meios de defesa dos devedores	172
18. Relações dos codevedores entre eles	177
18.1. Direito de regresso	178
18.2. Insolvência de um dos codevedores solidários	181

CAPÍTULO VII

OUTRAS MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES

DAS OBRIGAÇÕES CIVIS E NATURAIS

1. Distinção entre obrigação civil e obrigação natural	184
2. Obrigação natural	185
2.1. Conceito e características	185
2.2. Natureza jurídica da obrigação natural	187
2.3. Casos de obrigação natural no direito brasileiro	189
2.4. Efeitos da obrigação natural	193

DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO, DE RESULTADO
E DE GARANTIA

3. Obrigação de meio e de resultado	196
4. Obrigação de garantia	201

DAS OBRIGAÇÕES DE EXECUÇÃO INSTANTÂNEA,
DIFERIDA E CONTINUADA

5. Obrigações de execução instantânea e de execução diferida	202
6. Obrigação de execução continuada	203

DAS OBRIGAÇÕES PURAS E SIMPLES, CONDICIONAIS, A TERMO E MODAIS

7.	Obrigações puras e simples	205
8.	Obrigações condicionais	206
9.	Obrigações a termo	212
10.	Obrigações modais ou com encargo	214

DAS OBRIGAÇÕES LÍQUIDAS E ILÍQUIDAS

11.	Conceito	216
12.	Espécies de liquidação	217
13.	Aplicações práticas da distinção	218

DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS

14.	Conceito e efeitos	220
15.	Espécies	221

TÍTULO II DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I DA CESSÃO DE CRÉDITO

1.	A transmissão das obrigações	222
1.1.	Noções gerais	222
1.2.	Espécies	224
2.	Conceito de cessão de crédito	224
3.	Cessão de crédito e institutos afins	225
4.	Requisitos da cessão de crédito: objeto, capacidade e legitimação	226
5.	Espécies de cessão de crédito	229
6.	Formas	230
7.	Notificação do devedor	231
8.	Responsabilidade do cedente	234

CAPÍTULO II DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

1.	Conceito	237
----	----------------	-----

2. Características e pressupostos.....	238
3. Assunção de dívida e institutos afins	239
3.1. Assunção de dívida e promessa de liberação do devedor....	239
3.2. Assunção de dívida e novação subjetiva por substituição do devedor	240
3.3. Assunção de dívida e fiança	241
3.4. Assunção de dívida e estipulação em favor de terceiro	242
4. Espécies de assunção de dívida	243
5. Efeitos da assunção de dívida	246

CAPÍTULO III DA CESSÃO DE CONTRATO

1. Conceito. Cessão de contrato e cessão de posição contratual	249
2. Natureza jurídica.....	251
3. Características da cessão da posição contratual.....	253
4. Efeitos da cessão da posição contratual.....	255
4.1. Efeitos entre o cedente e o contraente cedido	255
4.2. Efeitos entre o cedente e o cessionário.....	256
4.3. Efeitos entre o cessionário e o contraente cedido.....	257
5. Cessão da posição contratual no direito brasileiro	258

TÍTULO III DO ADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Introdução	260
2. Liberação pelo adimplemento.....	260
3. Princípios da boa-fé e da probidade	261
4. Disciplina no Código Civil de 2002	263

CAPÍTULO I DO PAGAMENTO

1. Noção e espécies de pagamento.....	265
2. Natureza jurídica e requisitos de validade do pagamento.....	268

3.	De quem deve pagar.....	270
3.1.	Pagamento efetuado por pessoa interessada	271
3.2.	Pagamento efetuado por terceiro não interessado	272
3.3.	Pagamento efetuado mediante transmissão da propriedade	276
4.	Daqueles a quem se deve pagar	277
4.1.	Pagamento efetuado diretamente ao credor.....	277
4.2.	Pagamento efetuado ao representante do credor	278
4.3.	Validade do pagamento efetuado a terceiro que não o credor	279
4.4.	Pagamento efetuado ao credor putativo	280
4.5.	Pagamento ao credor incapaz	281
4.6.	Pagamento efetuado ao credor cujo crédito foi penhorado .	283
5.	Do objeto do pagamento	284
5.1.	Pagamento em dinheiro e o princípio do nominalismo	286
5.2.	A cláusula de escala móvel	288
6.	Da prova do pagamento	291
6.1.	A quitação	291
6.2.	As presunções de pagamento	294
7.	Do lugar do pagamento	296
8.	Do tempo do pagamento.....	299

CAPÍTULO II

DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO

1.	Pagamentos especiais	304
2.	Conceito de pagamento em consignação	304
3.	Objeto da consignação	306
4.	Fatos que autorizam a consignação	308
5.	Requisitos de validade da consignação.....	311
6.	Levantamento do depósito	315
7.	Disposições processuais	317

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO

1.	Conceito.....	321
2.	Natureza jurídica	324

3. Espécies	325
3.1. Sub-rogação legal	325
3.2. Sub-rogação convencional	328
4. Efeitos da sub-rogação	332
5. Sub-rogação parcial	333

CAPÍTULO IV DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO

1. Conceito	335
2. Requisitos da imputação do pagamento	336
3. Espécies de imputação	338
3.1. Imputação por indicação do devedor	339
3.2. Imputação por vontade do credor	340
3.3. Imputação em virtude de lei	340
4. Imputação do pagamento em contratos de cheque especial	342

CAPÍTULO V DA DAÇÃO EM PAGAMENTO

1. Conceito	344
2. Elementos constitutivos	346
3. Natureza jurídica	346
4. Disposições legais	347

CAPÍTULO VI DA NOVAÇÃO

1. Conceito	351
2. Requisitos da novação	353
3. Espécies de novação	357
4. Efeitos da novação	361

CAPÍTULO VII DA COMPENSAÇÃO

1. Conceito	364
2. Espécies de compensação	365

2.1. Compensação legal.....	366
2.1.1. Conceito	366
2.1.2. Requisitos da compensação legal.....	366
2.1.2.1. Reciprocidade dos créditos.....	366
2.1.2.2. Liquidez das dívidas	367
2.1.2.3. Exigibilidade das prestações.....	368
2.1.2.4. Fungibilidade dos débitos.....	369
2.2. Compensação convencional.....	370
2.3. Compensação judicial.....	370
3. Dívidas não compensáveis.....	371
4. Regras peculiares	375

CAPÍTULO VIII DA CONFUSÃO

1. Conceito e características	378
2. Espécies de confusão	379
3. Efeitos da confusão.....	380
4. Cessaçã da confusão	381

CAPÍTULO IX DA REMISSÃO DE DÍVIDAS

1. Conceito e natureza jurídica	382
2. Espécies de remissão	383
3. Presunções legais	385
4. A remissão em caso de solidariedade passiva.....	386

TÍTULO IV DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A obrigatoriedade dos contratos	387
2. Inadimplemento absoluto.....	389
2.1. Inadimplemento culposo da obrigação.....	390

2.1.1. Perdas e danos.....	392
2.1.2. Responsabilidade patrimonial.....	392
2.1.3. Contratos benéficos e onerosos.....	393
2.2. Inadimplemento fortuito da obrigação.....	394

CAPÍTULO II DA MORA

1. Conceito.....	397
2. Mora e inadimplemento absoluto.....	398
3. Espécies de mora.....	402
3.1. Mora do devedor.....	402
3.1.1. Espécies.....	402
3.1.2. Requisitos.....	407
3.1.3. Efeitos.....	408
3.2. Mora do credor.....	410
3.2.1. Requisitos.....	410
3.2.2. Efeitos.....	411
3.3. Mora de ambos os contratantes.....	413
4. Purgação e cessação da mora.....	413

CAPÍTULO III DAS PERDAS E DANOS

1. Conceito.....	416
2. Dano emergente e lucro cessante.....	417
3. Obrigações de pagamento em dinheiro.....	420

CAPÍTULO IV DOS JUROS LEGAIS

1. Conceito.....	422
2. Espécies.....	422
3. Regulamentação legal.....	426
4. Anatocismo ou capitalização de juros.....	432
5. Juros compensatórios bancários.....	433

CAPÍTULO V DA CLÁUSULA PENAL

1.	Conceito.....	436
2.	Natureza jurídica.....	437
3.	Funções da cláusula penal	437
4.	Valor da cláusula penal	440
5.	Espécies de cláusula penal.....	445
6.	Efeitos da distinção entre as duas espécies.....	447
7.	Cláusula penal e institutos afins.....	448
8.	Cláusula penal e pluralidade de devedores	451

CAPÍTULO VI DAS ARRAS OU SINAL

1.	Conceito.....	453
2.	Natureza jurídica.....	453
3.	Espécies	454
4.	Funções das arras.....	455
<i>Bibliografia</i>		457

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Direito Civil BRASILEIRO

3 CONTRATOS E
ATOS UNILATERAIS

17ª edição
2020

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-9/7057

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Gonçalves, Carlos Roberto

Contratos e atos unilaterais / Carlos Roberto Gonçalves. -
Coleção Direito civil brasileiro volume 3 – 17. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2020.
768 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1412-7 (impresso)

1. Direito civil 2. Contratos - Brasil I. Título.

20-0108

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil

347(81)

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Muiraquitá Editoração Gráfica
Revisão	Albertina Piva
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Maril Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Eskenazi

Data de fechamento da edição: 14-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606094 CAE 716620

ÍNDICE

Primeira Parte DOS CONTRATOS

TÍTULO I TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

CAPÍTULO I NOÇÃO GERAL

1. Conceito	23
2. Evolução histórica	25
3. Função social do contrato	26
4. Contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	33
5. Condições de validade do contrato	37
5.1. Requisitos subjetivos	37
5.2. Requisitos objetivos	40
5.3. Requisitos formais	42
6. Princípios fundamentais do direito contratual	44
6.1. Princípio da autonomia da vontade	44
6.2. Princípio da supremacia da ordem pública	47
6.3. Princípio do consensualismo	49
6.4. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato.....	51
6.5. Princípio da obrigatoriedade dos contratos	52
6.6. Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva	54

6.7.	Princípio da boa-fé e da probidade	57
6.7.1.	Boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva	59
6.7.2.	Disciplina no Código Civil de 2002	60
6.7.3.	Proibição de “venire contra factum proprium”	64
6.7.4.	“Suppressio, surrectio” e “tu quoque”	65
6.7.5.	“Duty to mitigate the loss” e “Nachfrist”	67
7.	Interpretação dos contratos	69
7.1.	Conceito e extensão	69
7.2.	Princípios básicos	70
7.3.	Regras esparsas	73
7.4.	Interpretação dos contratos no Código de Defesa do Consumidor	74
7.5.	Critérios práticos para interpretação dos contratos	74
7.6.	Interpretação dos contratos de adesão	75
8.	Pactos sucessórios	76

CAPÍTULO II DA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	A manifestação da vontade	78
2.	Negociações preliminares	79
3.	A proposta	81
3.1.	Conceito e características	81
3.2.	A oferta no Código Civil	83
3.2.1.	A força vinculante da oferta	83
3.2.2.	Proposta não obrigatória	83
3.3.	A oferta no Código de Defesa do Consumidor	86
4.	A aceitação	87
4.1.	Conceito e espécies	87
4.2.	Hipóteses de inexistência de força vinculante da aceitação	88
5.	Momento da conclusão do contrato	88
5.1.	Contratos entre presentes	88
5.2.	Contratos entre ausentes	89
6.	Lugar da celebração	91
7.	Formação dos contratos pela Internet	91

CAPÍTULO III

CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS

1.	Introdução.....	99
2.	Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	100
3.	Contratos gratuitos ou benéficos e onerosos.....	103
4.	Contratos comutativos e aleatórios.....	104
4.1.	Contratos aleatórios por natureza.....	105
4.2.	Contratos acidentalmente aleatórios.....	106
5.	Contratos paritários e de adesão. Contrato-tipo.....	107
6.	Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo.....	111
7.	Contratos personalíssimos e impessoais.....	112
8.	Contratos individuais e coletivos.....	113
9.	Contratos principais e acessórios. Contratos derivados.....	114
10.	Contratos solenes e não solenes.....	116
11.	Contratos consensuais e reais.....	118
12.	Contratos preliminares e definitivos.....	120
13.	Contratos nominados e inominados, típicos e atípicos, mistos e coligados. União de contratos.....	122

CAPÍTULO IV

DA ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO

1.	Conceito.....	126
2.	Esborço histórico.....	127
3.	Natureza jurídica da estipulação em favor de terceiro.....	129
4.	A regulamentação da estipulação de terceiro no Código Civil.....	131

CAPÍTULO V

DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO

1.	Introdução.....	134
2.	Promessa de fato de terceiro.....	134
3.	Inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002.....	135

CAPÍTULO VI

DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS

1.	Disciplina no Código Civil.....	137
----	---------------------------------	-----

1.1. Conceito.....	137
1.2. Fundamento jurídico	139
1.3. Requisitos para a caracterização dos vícios redibitórios ...	140
1.4. Efeitos. Ações cabíveis	142
1.4.1. Espécies de ações	143
1.4.2. Prazos decadenciais	143
1.4.3. Hipóteses de descabimento das ações edilícias.....	145
1.4.3.1. Coisas vendidas conjuntamente	145
1.4.3.2. Inadimplemento contratual	146
1.4.3.3. Erro quanto às qualidades essenciais do objeto	146
1.4.3.4. Coisa vendida em hasta pública.....	148
2. Disciplina no Código de Defesa do Consumidor	149

CAPÍTULO VII DA EVICÇÃO

1. Conceito e fundamento jurídico	151
2. Extensão da garantia	153
3. Requisitos da evicção	155
4. Verbas devidas	161
5. Da evicção parcial	164

CAPÍTULO VIII DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS

1. Conceito e espécies	166
2. Venda de coisas futuras	170
2.1. Risco concernente à própria existência da coisa: <i>emptio spei</i>	170
2.2. Risco respeitante à quantidade da coisa esperada: <i>emptio rei speratae</i>	171
3. Venda de coisas existentes, mas expostas a risco	172

CAPÍTULO IX DO CONTRATO PRELIMINAR

1. Conceito.....	173
------------------	-----

2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro.	175
3. A disciplina do contrato preliminar no Código Civil de 2002....	176

CAPÍTULO X

DO CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR

1. Conceito.....	182
2. Natureza jurídica.....	184
3. Aplicações práticas	185
4. Contrato com pessoa a declarar e institutos afins	186
5. Disciplina no Código Civil de 2002	188

CAPÍTULO XI

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. Modo normal de extinção	190
2. Extinção do contrato sem cumprimento	191
2.1. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato.....	191
2.1.1. Nulidade absoluta e relativa	191
2.1.2. Cláusula resolutiva. O adimplemento substancial do contrato.....	193
2.1.3. Direito de arrependimento	198
2.2. Causas supervenientes à formação do contrato	199
2.2.1. Resolução	199
2.2.1.1. Resolução por inexecução voluntária	199
2.2.1.1.1. Exceção de contrato não cumprido..	201
2.2.1.1.2. Garantia de execução da obrigação a prazo	205
2.2.1.2. Resolução por inexecução involuntária	206
2.2.1.3. Resolução por onerosidade excessiva.....	208
2.2.1.3.1. A cláusula “rebus sic stantibus” e a teoria da imprevisão	208
2.2.1.3.2. A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002	211
2.2.2. Resilição.....	219
2.2.2.1. Distrato e quitação	219

2.2.2.2. Resilição unilateral: denúncia, revogação, renúncia e resgate	220
2.2.3. Morte de um dos contratantes	223
2.2.4. Rescisão	224

TÍTULO II DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO

1. Introdução ao estudo das várias espécies de contrato.....	227
2. Espécies de contrato reguladas no Código Civil de 2002.....	228

CAPÍTULO I DA COMPRA E VENDA

1. Conceito e características do contrato de compra e venda	230
2. Unificação da compra e venda civil e mercantil.....	234
3. Natureza jurídica da compra e venda	236
4. Elementos da compra e venda	237
4.1. O consentimento.....	237
4.2. O preço	239
4.3. A coisa.....	242
4.3.1. Existência da coisa	243
4.3.2. Individuação da coisa.....	244
4.3.3. Disponibilidade da coisa	244
5. Efeitos da compra e venda.....	245
5.1. Efeitos principais: geração de obrigações recíprocas e da responsabilidade pelos vícios redibitórios e pela evicção .	245
5.2. Efeitos secundários ou subsidiários	247
5.2.1. A responsabilidade pelos riscos	247
5.2.2. A repartição das despesas	249
5.2.3. O direito de reter a coisa ou o preço	249
6. Limitações à compra e venda	251
6.1. Venda de ascendente a descendente	251
6.2. Aquisição de bens por pessoa encarregada de zelar pelos interesses do vendedor.....	258
6.3. Venda da parte indivisa em condomínio	261
6.4. Venda entre cônjuges.....	263

7. Vendas especiais	264
7.1. Venda mediante amostra	264
7.2. Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	265

DAS CLÁUSULAS ESPECIAIS À COMPRA E VENDA

8. Introdução	269
9. Da retrovenda	270
10. Da venda a contento e da sujeita a prova	273
11. Da preempção ou preferência	276
12. Da venda com reserva de domínio	280
13. Da venda sobre documentos	285

CAPÍTULO II

DA TROCA OU PERMUTA

1. Conceito e caracteres jurídicos	289
2. Regulamentação jurídica	290

CAPÍTULO III

DO CONTRATO ESTIMATÓRIO

1. Conceito e natureza jurídica	292
2. Regulamentação legal.....	294

CAPÍTULO IV

DA DOAÇÃO

1. Conceito e características	296
2. Objeto da doação	301
3. Promessa de doação.....	303
4. Espécies de doação	305
5. Restrições legais	316
6. Da revogação da doação	319
6.1. Casos comuns a todos os contratos	320
6.2. Revogação por descumprimento do encargo	320
6.3. Revogação por ingratidão do donatário.....	321

CAPÍTULO V
DA LOCAÇÃO DE COISAS

1. Conceito e natureza jurídica	326
2. Elementos do contrato de locação	329
3. Obrigações do locador	333
4. Obrigações do locatário	336
5. Disposições complementares	339
6. Locação de prédios	340
7. Locação de prédio urbano	345

CAPÍTULO VI
DO EMPRÉSTIMO

1. Conceito	354
2. Espécies	354

DO COMODATO

3. Conceito e características	355
4. Direitos e obrigações do comodatário	362
5. Direitos e obrigações do comodante	366
6. Extinção do comodato	367

DO MÚTUO

7. Conceito	369
8. Características	370
9. Requisitos subjetivos	372
10. Objeto do mútuo	375
11. Direitos e obrigações das partes	378

CAPÍTULO VII
DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Conceito	380
2. Natureza jurídica	382
3. Duração do contrato	383
4. Extinção do contrato	385
5. Disposições complementares	385

CAPÍTULO VIII DA EMPREITADA

1.	Conceito	389
2.	Características	391
3.	Espécies de empreitada	392
4.	Verificação e recebimento da obra	394
5.	Responsabilidade do empreiteiro	396
6.	Responsabilidade do proprietário	402
7.	Extinção da empreitada	405

CAPÍTULO IX DO DEPÓSITO

1.	Conceito	407
2.	Características	408
3.	Espécies de depósito	412
4.	Depósito voluntário	412
	4.1. Conceito e requisitos	412
	4.2. Natureza jurídica	414
5.	Obrigações do depositante	415
6.	Obrigações do depositário	416
7.	Depósito necessário	421
	7.1. Depósito legal	421
	7.2. Depósito miserável	422
	7.3. Depósito do hospedeiro	423
8.	Depósito irregular	425
9.	Ação de depósito	426
10.	Prisão do depositário infiel	428

CAPÍTULO X DO MANDATO

1.	Conceito	431
2.	Características	433
3.	Mandato e representação	435
4.	Pessoas que podem outorgar procuração	437
5.	Pessoas que podem receber mandato	438

6. A procuração como instrumento do mandato. Requisitos e sub- tabelecimento	440
7. Espécies de mandato	442
8. Mandato especial e geral, e mandato em termos gerais e com poderes especiais	445
9. Mandato outorgado a duas ou mais pessoas	447
10. Aceitação do mandato	448
11. Ratificação do mandato	448
12. Obrigações do mandatário	449
13. Obrigações do mandante	455
14. Extinção do mandato	458
15. Irrevogabilidade do mandato	462
16. Mandato judicial	465

CAPÍTULO XI DA COMISSÃO

1. Origem histórica	469
2. Conceito e natureza jurídica	470
3. Remuneração do comissário	472
4. Características do contrato de comissão	474
5. Direitos e obrigações do comissário	476
6. Direitos e obrigações do comitente	480
7. Comissão “del credere”	481

CAPÍTULO XII DA AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	483
2. Características do contrato de agência	484
3. Características do contrato de distribuição	486
4. Remuneração do agente	487
5. Direitos e obrigações das partes	489

CAPÍTULO XIII DA CORRETAGEM

1. Conceito	491
-------------------	-----

2. Natureza jurídica	492
3. Direitos e deveres do corretor.....	493
4. A remuneração do corretor.....	494

CAPÍTULO XIV DO TRANSPORTE

1. Introdução.....	500
2. Conceito de contrato de transporte.....	501
3. Natureza jurídica	502
4. Espécies de transporte	503
5. Disposições gerais aplicáveis às várias espécies de contrato de transporte.....	505
5.1. O caráter subsidiário da legislação especial, dos tratados e convenções internacionais.....	505
5.2. Transporte cumulativo e transporte sucessivo.....	508
6. O transporte de pessoas.....	509
7. O transporte de coisas.....	514
8. Direitos e deveres do transportador.....	518
9. Direitos e deveres do passageiro	520
10. O transporte gratuito.....	522

CAPÍTULO XV DO SEGURO

1. Conceito e características.....	525
2. Natureza jurídica	527
3. A apólice e o bilhete de seguro.....	528
4. O risco	529
5. Espécies de seguro.....	532
5.1. Seguro de dano.....	534
5.2. Seguro de pessoa.....	544
5.2.1. Seguro de vida	545
5.2.2. Seguro de vida em grupo.....	555
6. Obrigações do segurado	557
7. Obrigações do segurador.....	563
8. Prazos prescritivos.....	566

CAPÍTULO XVI
DA CONSTITUIÇÃO DE RENDA

1.	Conceito	569
2.	Natureza jurídica	570
3.	Características	571
4.	Regras aplicáveis	572
5.	Extinção da constituição de renda	574

CAPÍTULO XVII
DO JOGO E DA APOSTA

1.	Conceito e natureza jurídica	576
2.	Espécies de jogo	578
3.	Consequências jurídicas	579
4.	Contratos diferenciais	582
5.	A utilização do sorteio	583

CAPÍTULO XVIII
DA FIANÇA

1.	Conceito	584
2.	Natureza jurídica da fiança	585
3.	Espécies de fiança	588
4.	Requisitos subjetivos e objetivos	589
5.	Efeitos da fiança	593
	5.1. Benefício de ordem	594
	5.2. Solidariedade dos cofiadores	595
6.	Extinção da fiança	598

CAPÍTULO XIX
DA TRANSAÇÃO

1.	Conceito	602
2.	Elementos constitutivos	603
3.	Natureza jurídica	604
4.	Espécies de transação e sua forma	606
5.	Principais características da transação	608
6.	Objeto da transação	611

7. Efeitos em relação a terceiros	613
---	-----

CAPÍTULO XX

DO COMPROMISSO E DA ARBITRAGEM

1. Conceito	617
2. Natureza jurídica	620
3. Constitucionalidade da arbitragem	621
4. Cláusula compromissória e compromisso arbitral	622
5. Espécies de compromisso arbitral	624
6. Requisitos legais	624
7. Extinção do compromisso arbitral	625
8. Dos árbitros	625
9. Do procedimento arbitral	626
10. Da carta arbitral	627
11. Da sentença arbitral	628
12. Irrecorribilidade da decisão arbitral	629
13. Arbitragem e administração pública	630
14. Arbitragem e interrupção da prescrição	631
15. Mediação	631

Segunda Parte

DOS ATOS UNILATERAIS

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS ATOS UNILATERAIS

1. Os atos unilaterais como fontes de obrigações	633
2. A disciplina dos atos unilaterais no Código Civil de 2002	634

CAPÍTULO I

DA PROMESSA DE RECOMPENSA

1. Conceito e natureza jurídica	636
2. Requisitos	637
3. Exigibilidade da recompensa	639
4. Revogabilidade da promessa	640
5. Promessa formulada em concurso público	641

CAPÍTULO II DA GESTÃO DE NEGÓCIOS

1.	Conceito e pressupostos	642
2.	Obrigações do gestor do negócio	645
3.	Obrigações do dono do negócio	646
4.	A ratificação do dono do negócio	648

CAPÍTULO III DO PAGAMENTO INDEVIDO

1.	Conceito.....	649
2.	Espécies de pagamento indevido	653
3.	“Accipiens” de boa e de má-fé	653
4.	Recebimento indevido de imóvel	654
5.	Pagamento indevido sem direito à repetição	656

CAPÍTULO IV DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA

1.	Conceito.....	658
2.	A disciplina no Código Civil de 2002.....	659
3.	Requisitos da ação de “ in rem verso ”.....	660

CAPÍTULO V DOS TÍTULOS DE CRÉDITO

1.	A disciplina no Código Civil de 2002.....	663
2.	Conceito de título de crédito	664
3.	Princípios fundamentais	666
	3.1. Cartularidade	666
	3.2. Literalidade	667
	3.3. Autonomia	668
	3.3.1. Abstração	669
	3.3.2. Inoponibilidade	670
4.	Legislação aplicável	671
5.	Espécies de títulos de crédito	672
6.	Título ao portador.....	674

7. Título à ordem	676
7.1. Letra de câmbio	677
7.1.1. Institutos típicos do direito cambial	678
7.1.1.1. Aceite	679
7.1.1.2. Endosso	681
7.1.1.3. Aval	684
7.1.1.4. Protesto	687
7.1.2. Ação cambial.....	688
7.2. Nota promissória	690
7.3. Cheque	691
7.4. Duplicata	697
8. Título nominativo	701

Terceira Parte

DOS CONTRATOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I

DA EDIÇÃO

1. Noção de edição	702
2. Partes e objeto	705
3. Direitos e deveres do autor	706
4. Direitos e deveres do editor	707
5. Extinção do contrato de edição	708
6. Da representação dramática	709

CAPÍTULO II

DOS CONTRATOS BANCÁRIOS

1. Conceito.....	712
2. Depósito bancário	712
2.1. Distinção entre depósito bancário e mútuo	713
2.2. Espécies de depósito bancário.....	714
2.2.1. Depósito em conta corrente	714
2.2.2. Cadernetas de poupança	715
2.2.3. Contas conjuntas	716

2.2.4. Juros e correção monetária.....	717
3. Abertura de crédito	718
4. Desconto bancário	719
5. Contrato de financiamento	720
6. Custódia de valores	721
7. Aluguel de cofre	721
8. Cartão de crédito.....	722

CAPÍTULO III DO ARRENDAMENTO MERCANTIL OU “LEASING”

1. Conceito e características	725
2. Espécies de arrendamento mercantil	728
3. Extinção do “leasing”	730
4. Aspectos processuais	730

CAPÍTULO IV DA FRANQUIA OU “FRANCHISING”

1. Conceito.....	733
2. Características.....	734
3. Elementos	735
4. Espécies de franquia	736
5. Extinção do “franchising”.....	736

CAPÍTULO V DA FATURIZAÇÃO OU “FACTORING”

1. Conceito.....	737
2. Características.....	738
3. Espécies de faturização	739
4. Extinção do “factoring”	740

CAPÍTULO VI DO CONTRATO DE RISCO OU “JOINT VENTURE”

1. Conceito.....	741
2. Características.....	742

CAPÍTULO VII
DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
OU “KNOW-HOW”

1.	Introdução	743
2.	Conceito	744
3.	Modalidades	744
4.	Natureza jurídica	745
5.	Extinção	745

CAPÍTULO VIII
DO CONTRATO DE “ENGINEERING”

1.	Conceito	747
2.	Espécies e características	747

CAPÍTULO IX
DA COMERCIALIZAÇÃO DE PROGRAMA
DE COMPUTADOR (“SOFTWARE”)

1.	Noção introdutória	750
2.	Disciplina legal	750
3.	Transações eletrônicas	751
<i>Bibliografia</i>		755

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

4

RESPONSABILIDADE
CIVIL

17ª edição
2022

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro 4 – Responsabilidade Civil – v. 4 / Carlos Roberto Gonçalves. – 17. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022. 616 p.

ISBN 978-65-5559-613-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Responsabilidade Civil. I. Título. II. Série.

2021-3908

CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteadó

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dália Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Liana Ganiko Brito

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Paula Brito

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klarlene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Carolina Mihoko Massanhi
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 22-10-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607320 CAE 784281

ÍNDICE

Livro I

IDEIAS GERAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL

1. As várias acepções da responsabilidade	19
2. Responsabilidade jurídica e responsabilidade moral	20
3. Distinção entre obrigação e responsabilidade.....	20
4. A importância do tema.....	21
5. Dever jurídico originário e sucessivo.....	24
6. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento	24
6.1. Direito romano.....	24
6.2. Direito francês	26
6.3. Direito português.....	26
6.4. Direito brasileiro.....	27
7. Fundamentos.....	30
8. Posicionamento na teoria geral do direito	31
9. Culpa e responsabilidade	33
10. Imputabilidade e responsabilidade	35
10.1. A responsabilidade dos amentais.....	36
10.1.1. Situação anterior ao Estatuto da Pessoa com Deficiência	36
10.1.2. Modificações introduzidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência	39
10.2. A responsabilidade dos menores	41

11. Espécies de responsabilidade	42
11.1. Responsabilidade civil e responsabilidade penal.....	42
11.2. Responsabilidade contratual e extracontratual	44
11.3. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva...	48
11.4. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei)	52
12. Pressupostos da responsabilidade civil	53

Livro II

ELEMENTOS ESSENCIAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

TÍTULO I

AÇÃO OU OMISSÃO DO AGENTE

CAPÍTULO I

RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO PRÓPRIO

1. Ação ou omissão: infração a um dever	58
2. Ato praticado contra a honra da mulher	59
3. Calúnia, difamação e injúria	61
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga	64
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito	67
5.1. Princípio da boa-fé e da probidade	71
5.2. Proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	72
5.3. <i>Suppressio, surrectio</i> e <i>tu quoque</i>	73
5.4. <i>Duty to mitigate the loss</i>	75
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado	76
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável	81

8. Responsabilidade civil entre cônjuges	86
9. Responsabilidade civil por dano ecológico ou ambiental.....	92
9.1. O direito ambiental	92
9.2. A responsabilidade civil por dano ecológico.....	93
9.3. A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior.....	96
9.4. Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos.....	97
9.5. A reparação do dano ambiental	100
10. Violação do direito à própria imagem	108
11. A AIDS e a responsabilidade civil.....	113
12. Responsabilidade civil na Internet. O Marco Civil da Internet. O direito ao esquecimento	115
12.1. O comércio eletrônico	115
12.2. A responsabilidade civil nos meios eletrônicos.....	118
13. Responsabilidade civil por dano atômico	124

CASOS ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE POR ATO OU FATO DE TERCEIRO

14. Da presunção de culpa à responsabilidade independentemente de culpa	128
15. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil.....	131
16. Responsabilidade dos pais	132
17. Responsabilidade dos tutores e curadores	140
18. Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviçais e prepostos	142
18.1. Conceito de empregado, serviçal e preposto.....	142
18.2. Responsabilidade presumida, <i>juris et de jure</i>	145
18.3. Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente	147
19. Responsabilidade dos educadores.....	151
20. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros	162
21. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime	165
22. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o cau- sador do dano.....	166

22.1. Direito regressivo como consequência natural da responsabilidade indireta.....	166
22.2. Exceções à regra.....	166

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS EMPRESÁRIOS
INDIVIDUAIS E DAS EMPRESAS PELOS
PRODUTOS POSTOS EM CIRCULAÇÃO

23. Cláusula geral de responsabilidade objetiva.....	170
24. Sintonia com a legislação consumerista	170

RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS
JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

25. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva.....	172
26. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição Federal de 1988	177
27. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes	180
28. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário.....	187
29. Denúncia da lide ao funcionário ou agente público	190
30. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos.....	193
31. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público.....	195
32. Dano resultante de força maior.....	196
33. Culpa da vítima.....	198
34. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano.....	198
35. Responsabilidade do Estado por atos judiciais.....	200
35.1. Atos judiciais em geral.....	200
35.2. Erro judiciário.....	204
36. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	207
36.1. Danos causados por lei inconstitucional.....	208
36.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita.....	208
36.3. Imunidade parlamentar.....	211

RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA

37. A responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro	213
38. Privação da guarda e responsabilidade	217
39. Responsabilidade pela ruína do edifício	219
39.1. A presunção de responsabilidade	219
39.2. Extensão da regra às benfeitorias incorporadas ao edifício	221
40. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (<i>effusis et dejectis</i>) que caírem em lugar indevido	222
41. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa....	226
41.1. O exercício de atividade perigosa como fundamento da responsabilidade civil	226
41.2. A inovação introduzida pelo parágrafo único do art. 927 do Código de 2002.....	227
42. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural	230
43. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos.....	231
44. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	233
45. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária	236

RESPONSABILIDADE PELO FATO OU
GUARDA DE ANIMAIS

46. A responsabilidade objetiva do dono ou detentor do animal.....	238
47. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova	242

CAPÍTULO II

RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

A RESPONSABILIDADE DECORRENTE DOS TRANSPORTES

1. Introdução	243
2. Contrato de transporte. Disposições gerais.....	245
3. O transporte de pessoas	246
3.1. O transporte terrestre	249
3.2. O transporte aéreo.....	254
3.3. O transporte marítimo.....	260

4. O transporte de bagagem.....	260
5. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador.....	261
5.1. O fortuito e a força maior.....	262
5.2. Transporte aéreo e indenização tarifada.....	263
6. O transporte de coisas.....	265
7. O transporte gratuito.....	266

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

8. Natureza jurídica do depósito bancário.....	272
9. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso.....	273
10. Responsabilidade dos bancos pela subtração de bens depositados em seus cofres.....	279
11. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor.....	283
11-A. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes....	286

A RESPONSABILIDADE DOS MÉDICOS. CIRURGIÕES PLÁSTICOS E CIRURGIÕES-DENTISTAS

12. A responsabilidade dos médicos.....	289
13. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia....	295
14. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos.....	296
15. A responsabilidade do anestesista.....	300
16. A responsabilidade dos hospitais e dos laboratórios.....	301
17. Planos de saúde.....	303
18. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas.....	306

RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ADVOGADOS

19. Fundamento e configuração da responsabilidade.....	307
20. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	310
21. Inviolabilidade profissional.....	312

RESPONSABILIDADE CIVIL DO FORNECEDOR NO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

22. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	314
23. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	317
24. A responsabilidade por vício do produto e do serviço	318
25. As excludentes da responsabilidade civil	322

A RESPONSABILIDADE DOS EMPREITEIROS
E CONSTRUTORES

26. Contrato de construção	325
27. Construção por empreitada	326
28. Construção por administração	327
29. A responsabilidade do construtor	328
30. Responsabilidade pela perfeição da obra.....	329
31. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	330
32. Responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	331
33. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros.....	332
34. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor)	334

A RESPONSABILIDADE DOS DEPOSITÁRIOS E
ENCARREGADOS DA GUARDA E VIGILÂNCIA DOS VEÍCULOS
(ESTACIONAMENTOS, SUPERMERCADOS, RESTAURANTES,
SHOPPING CENTERS ETC.)

35. Contrato de depósito, de guarda e análogos	336
36. A responsabilidade dos donos de estacionamentos e postos de gasolina	337
37. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas	339
38. A responsabilidade dos donos de restaurantes e hotéis	340
39. A responsabilidade das escolas e universidades	342
40. A responsabilidade dos donos de supermercados e <i>shopping centers</i>	343
41. A responsabilidade dos condomínios edifícios.....	346

ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL

42. Indenização acidentária	347
43. Avanço representado pela Constituição Federal de 1988	348

A RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES

44. A disciplina na Constituição Federal de 1988	350
45. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do tabelião	352

TÍTULO II
DA CULPACAPÍTULO I
CONCEITO

1. Culpa <i>lato sensu</i> . Elementos da culpa	356
1.1. O dever de cuidado	358
1.2. Previsão e previsibilidade	359
1.3. Imprudência, negligência e imperícia	359
1.4. Espécies	360
1.4.1. Culpa grave, leve e levíssima	360
1.4.2. Culpa contratual e extracontratual	361
1.4.3. Culpa <i>in eligendo</i> , <i>in vigilando</i> e <i>in custodiendo</i> ; culpa <i>in comittendo</i> e <i>in omittendo</i>	362
1.4.4. Culpa presumida	363
1.4.5. Culpa contra a legalidade	363
1.4.6. Culpa exclusiva e culpa concorrente	365
2. Culpa e risco	367

CAPÍTULO II
A CULPA NO CÍVEL E NO CRIME

1. Unidade da jurisdição e interação civil e penal	370
2. A sentença condenatória proferida no juízo criminal	375
2.1. Fundamentos legais	375
2.2. Medidas processuais adequadas	378

2.3. Competência	380
2.4. Legitimidade ativa e passiva	381
3. A sentença absolutória proferida no crime	383
4. Efeitos da coisa julgada civil	387
5. Suspensão do curso da ação civil	388

TÍTULO III DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. O liame da causalidade	391
2. A pesquisa do nexa causal	392
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade	396

TÍTULO IV DO DANO E SUA LIQUIDAÇÃO

CAPÍTULO I DO DANO INDENIZÁVEL

1. Conceito e requisitos do dano	398
2. Espécies de dano	400
3. Pessoas obrigadas a reparar o dano	402

O DANO MATERIAL

4. Titulares da ação de ressarcimento do dano material	405
4.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos)	405
4.2. Os companheiros	406
5. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante	407
6. A influência de outros elementos	409
6.1. Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária	409
6.2. Dedução do seguro obrigatório	410
7. Alteração da situação e dos valores	411

7.1. A correção monetária	411
7.2. A garantia do pagamento futuro das prestações mensais ..	414
7.3. Prisão civil do devedor. Natureza da obrigação alimentar	416
7.4. Atualização e revisão das pensões	417
7.5. A incidência dos juros. Juros simples e compostos.....	419
7.6. O cálculo da verba honorária.....	420

O DANO MORAL

8. Conceito	423
9. Bens lesados e configuração do dano moral	424
10. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos.....	426
10.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc.	426
10.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.)	428
10.3. A pessoa jurídica	432
11. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e a imprescritibilidade.....	433
12. A prova do dano moral	435
13. Objeções à reparação do dano moral	436
14. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor.....	436
15. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988	439
16. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material ...	440
17. Natureza jurídica da reparação	441
18. A quantificação do dano moral	443
18.1. Tarifação e arbitramento	443
18.2. Critérios para o arbitramento da reparação, na Justiça Comum e na Justiça do Trabalho	445
18.3. Fixação do <i>quantum</i> do dano moral vinculada ao salário mínimo.....	454
19. Valor da causa na ação de reparação do dano moral	455
20. Antecipação da tutela nas ações de reparação do dano moral ...	456
21. Dano moral e culpa contratual	460
22. Dano moral no direito do trabalho	463

23. Assédio sexual e dano moral	465
24. Assédio moral	466
25. Adultério e separação judicial	467
26. Dano moral por falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos...	468
27. Apresentação de cheque antes da data convencionada	473
28. Atraso na entrega de imóvel comprado na planta	474
29. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral ..	474
30. Indenização por danos morais à vítima, paga pelo motorista que provoca acidente	477
31. Arbitramento de dano moral à vítima de violência doméstica	478

CAPÍTULO II DA LIQUIDAÇÃO DO DANO

PRINCÍPIOS GERAIS

1. O grau de culpa e sua influência na fixação da indenização.....	479
2. Decisão por equidade, em caso de culpa leve ou levíssima.....	480
3. Culpa exclusiva da vítima	482
4. Culpa concorrente	482
5. A liquidação por arbitramento	483
6. A liquidação pelo procedimento comum	484
7. Modos de reparação do dano	485
7.1. A reparação específica.....	485
7.2. A reparação por equivalente em dinheiro.....	485

A LIQUIDAÇÃO DO DANO EM FACE DO DIREITO POSITIVO, DA DOCTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

8. Indenização em caso de homicídio	487
8.1. Morte de filho menor.....	488
8.2. Morte de chefe de família.....	491
8.3. Morte de esposa ou companheira	493
8.4. Cálculo da indenização. O método bifásico para a quanti- ficação do dano moral	495
9. Indenização em caso de lesão corporal.....	498
9.1. Lesão corporal de natureza leve	498
9.2. Lesão corporal de natureza grave	498

9.3. Dano estético	499
9.4. Inabilitação para o trabalho	501
9.4.1. A indenização devida	501
9.4.2. A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa	503
9.4.3. A duração da pensão e sua cumulação com os benefícios previdenciários	504
9.4.4. O pagamento de pensão a menores que ainda não exercem atividade laborativa	505
9.4.5. Arbitramento e pagamento por verba única	506
10. Homicídio e lesão corporal provocados no exercício de atividade profissional	507
11. A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais	508
12. Indenização em caso de usurpação ou esbulho de coisa alheia. O valor de afeição	510
13. Indenização por ofensa à liberdade pessoal	511

Livro III

OS MEIOS DE DEFESA OU AS EXCLUDENTES DA ILICITUDE

1. O estado de necessidade	515
2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal	518
3. A culpa exclusiva da vítima	521
4. O fato de terceiro	523
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro	523
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador	524
4.3. O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana	526
4.4. Fato de terceiro e denúncia da lide	528
5. Caso fortuito e força maior	530
6. Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar	534
7. A prescrição	537

Livro IV
RESPONSABILIDADE CIVIL
AUTOMOBILÍSTICA

TÍTULO I
INTRODUÇÃO

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística.....	541
2. Da culpa ao risco	542
3. O Código de Trânsito Brasileiro.....	547

TÍTULO II
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS

1. A propositura da ação	551
2. Apuração dos danos em execução de sentença.....	552
3. Coisa julgada	553
4. Foro competente	554

TÍTULO III
ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE
CIVIL AUTOMOBILÍSTICA

1. Atropelamento	557
2. Boletim de ocorrência.....	560
3. Colisão	563
3.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente.....	563
3.2. Colisão com veículo estacionado regularmente	564
3.3. Colisão em cruzamento não sinalizado	565
3.4. Colisão em cruzamento sinalizado	567
3.5. Colisão e preferência de fato	570
3.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo	572
3.7. Colisão múltipla (engavetamento).....	574
3.8. Colisão na traseira	575
4. Contramão de direção.....	579
5. Conversão à esquerda e à direita.....	580

6. Faixa de pedestres	583
7. Imperícia	586
8. Imprudência	587
9. Marcha à ré	589
10. Ônus da prova	591
11. Propriedade do veículo	593
12. Prova	596
12.1. Considerações gerais	596
12.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial).....	598
13. Ultrapassagem.....	601
<i>Bibliografia</i>	603

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

5 DIREITO DAS COISAS

17ª edição
2022

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-0765-5 obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro – Direito das Coisas – v. 5 /
Carlos Roberto Gonçalves. – 17. ed. – São Paulo
SaraivaJur, 2022.
688 p.

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

ISBN 978-65-5559-658-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. 3. Direito das Coisas. 4. Direitos
Reais. 5. Posse. 6. Propriedade. 7. Reintegração de
posse. I. Título. II. Série.

Diretoria executiva Rávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteadó

Novos projetos Aline Darcy Rôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Liana Ganiko Brito

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Paula Brito

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Padovan
Revisão Elaine Pires
Capa IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

2021-3873

CDD 347
CDU 347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

Data de fechamento da edição: 4-10-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [607322] CAE [784897]

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Direito das coisas	19
1.1. Conceito	19
1.2. Evolução histórica	20
1.3. Conteúdo	23
2. Direitos reais e pessoais	25
2.1. Caracteres distintivos	29
2.2. Princípios fundamentais dos direitos reais	30
3. Figuras híbridas ou intermédias	38
3.1. Obrigações <i>propter rem</i>	39
3.2. Ônus reais	41
3.3. Obrigações com eficácia real	41

TÍTULO I DA POSSE

CAPÍTULO I NOÇÕES GERAIS SOBRE A POSSE

1. Introdução ao estudo da posse	43
1.1. As dificuldades do estudo do tema	43
1.2. Fundamento da posse. <i>Jus possessionis</i> e <i>jus possidendi</i>	44
2. Origem histórica da posse	46
3. Teorias sobre a posse	47
3.1. Teoria subjetiva de SAVIGNY	48
3.2. Teoria objetiva de IHERING	50
3.3. Teorias sociológicas	55

4. Conceito de posse	58
5. Posse e detenção	61
6. Posse e quase posse.....	65
7. O objeto da posse e a posse dos direitos pessoais.....	66
8. Natureza jurídica da posse	71

CAPÍTULO II CLASSIFICAÇÃO DA POSSE

1. Espécies de posse.....	77
2. Posse direta e posse indireta	78
3. Posse exclusiva, composses e posses paralelas	81
4. Posse justa e posse injusta.....	85
5. Posse de boa-fé e posse de má-fé.....	92
6. Posse nova e posse velha	100
7. Posse natural e posse civil ou jurídica	102
8. Posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>	102
9. Posse <i>pro diviso</i> e posse <i>pro indiviso</i>	103

CAPÍTULO III DA AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE

1. Introdução	105
2. Modos de aquisição da posse	106
2.1. Modos originários de aquisição da posse	107
2.1.1. Apreensão da coisa.....	108
2.1.2. Exercício do direito	109
2.1.3. Disposição da coisa ou do direito.....	109
2.2. Modos derivados de aquisição da posse	110
2.2.1. Tradição.....	110
2.2.2. Sucessão na posse.....	113
3. Quem pode adquirir a posse.....	116
4. Perda da posse.....	119
5. Recuperação de coisas móveis e títulos ao portador.....	123
6. Perda da posse para o ausente	125

CAPÍTULO IV DOS EFEITOS DA POSSE

1. Tutela da posse.....	127
1.1. Introdução	127
1.2. A proteção possessória	128
2. Ações possessórias em sentido estrito	131
2.1. Legitimação ativa e passiva	131
2.2. Conversão de ação possessória em ação de indenização	134
3. Ações possessórias na técnica do Código de Processo Civil	135
3.1. A fungibilidade dos interditos	135
3.2. Cumulação de pedidos	136
3.3. Caráter dúplice das ações possessórias	137
3.4. Distinção entre juízo possessório e juízo petitório. A exceção de domínio	140
3.5. Procedimento: ação de força nova e ação de força velha. Ação possessória relativa a coisa móvel	141
3.6. A exigência de prestação de caução	143

CAPÍTULO V DA MANUTENÇÃO E DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE

1. Características e requisitos.....	145
1.1. Introdução	145
1.2. Posse	145
1.3. Turbação	148
1.4. Esbulho	150
1.5. Data da turbação ou do esbulho.....	152
1.6. Continuação ou perda da posse.....	154
2. O procedimento	154
2.1. A petição inicial	154
2.2. Da liminar	156
2.2.1. Concessão de liminar contra pessoa jurídica de direito público	161
2.2.2. Recurso cabível.....	162
2.2.3. Execução da decisão concessiva de liminar	162
2.3. Contestação e procedimento comum.....	163
3. Execução da sentença	165

4. Embargos do executado e de retenção por benfeitorias.....	165
5. Embargos de terceiro	166

CAPÍTULO VI DO INTERDITO PROIBITÓRIO

1. Características e requisitos.....	168
2. Cominação de pena pecuniária	170

CAPÍTULO VII AÇÕES AFINS AOS INTERDITOS POSSESSÓRIOS

1. Ação de imissão na posse	172
1.1. Características e natureza jurídica	172
1.2. Imissão na posse e reivindicatória	176
2. Ação de nunciação de obra nova	178
2.1. Conteúdo e pressupostos.....	178
2.2. Legitimidade para a ação	183
3. Embargos de terceiro	184
3.1. Introdução	184
3.2. Pressupostos.....	186
3.3. Parte equiparada a terceiro.....	188
3.4. Legitimidade ativa e passiva. A legitimidade ativa do cônjuge	189
3.5. Caso especial: embargos do credor com garantia real	194
3.6. Fraude contra credores e fraude à execução	195
3.7. Procedimento	197

CAPÍTULO VIII OS DEMAIS EFEITOS DA POSSE

1. A percepção dos frutos.....	200
1.1. Introdução	200
1.2. Noção e espécies de frutos.....	201
1.3. Regras da restituição (CC, arts. 1.214 a 1.216)	202
2. A responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	204
3. A indenização das benfeitorias e o direito de retenção	205
3.1. O possuidor e os melhoramentos que realizou na coisa	205
3.2. Regras da indenização das benfeitorias (CC, arts. 1.219 a 1.222).....	208

3.3. Direito de retenção: conceito, fundamento, natureza jurídica e modo de exercício.....	210
--	-----

TÍTULO II DOS DIREITOS REAIS

CAPÍTULO ÚNICO DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Conceito	213
2. Espécies.....	217
3. Aquisição dos direitos reais	218

TÍTULO III DA PROPRIEDADE

CAPÍTULO I DA PROPRIEDADE EM GERAL

1. Conceito	221
2. Elementos constitutivos da propriedade	223
3. Ação reivindicatória.....	224
3.1. Pressupostos e natureza jurídica	225
3.2. Objeto da ação reivindicatória	229
3.3. Legitimidade ativa e passiva.....	230
4. Outros meios de defesa da propriedade	232
4.1. Ação negatória	232
4.2. Ação de dano infecto	234
5. Caracteres da propriedade.....	235
6. Evolução do direito de propriedade. Função social da propriedade ...	237
7. Restrições ao direito de propriedade.....	238
8. Fundamento jurídico da propriedade	240
9. Da descoberta.....	243

CAPÍTULO II DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL

1. Introdução	246
2. Modos de aquisição.....	247

DA USUCAPIÃO

3. Conceito e fundamento	249
4. Espécies.....	252
4.1. Usucapião extraordinária.....	253
4.2. Usucapião ordinária.....	254
4.3. Usucapião especial.....	255
4.3.1. Usucapião especial rural.....	255
4.3.2. Usucapião especial urbana	257
4.3.2.1. Usucapião urbana individual do Estatuto da Cidade	261
4.3.2.2. Usucapião urbana coletiva do Estatuto da Cidade	262
4.3.2.3. Usucapião imobiliária administrativa.....	266
4.3.3. Usucapião familiar.....	268
4.4. Usucapião indígena.....	271
4.5. Usucapião extrajudicial	272
5. Pressupostos da usucapião	274
5.1. Coisa hábil	274
5.2. Posse	279
5.3. Tempo	284
5.4. Justo título.....	286
5.5. Boa-fé	290
6. Ação de usucapião	292

DA AQUISIÇÃO PELO REGISTRO DO TÍTULO

7. Do registro do título.....	297
8. Princípios que regem o registro de imóveis.....	299
8.1. Princípio da publicidade	300
8.2. Princípio da força probante (fé pública) ou presunção	300
8.3. Princípio da legalidade	302
8.4. Princípio da territorialidade	304
8.5. Princípio da continuidade	305
8.6. Princípio da prioridade	306
8.7. Princípio da especialidade	306
8.8. Princípio da instância.....	307
9. Matrícula, registro e averbação.....	307
10. Livros obrigatórios.....	309
11. Retificação do registro	310

DA AQUISIÇÃO POR ACESSÃO

12. Conceito e formas de acessão	313
13. Acessões físicas ou naturais	314
13.1. Acessão pela formação de ilhas	314
13.2. Aluvião.....	315
13.3. Avulsão.....	316
13.4. Álveo abandonado	317
14. Acessões industriais: construções e plantações	318

CAPÍTULO III

DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL

1. Introdução	322
2. Da usucapião	322
3. Da ocupação.....	324
4. Do achado do tesouro.....	324
5. Da tradição	325
6. Da especificação	328
7. Da confusão, da comistão e da adjunção	328

CAPÍTULO IV

DA PERDA DA PROPRIEDADE

1. Introdução	330
2. Modos de perda.....	331
2.1. Perda pela alienação	331
2.2. Perda pela renúncia.....	331
2.3. Perda pelo abandono.....	331
2.4. Perda pelo perecimento da coisa.....	332
2.5. Perda da propriedade mediante desapropriação	332
2.5.1. Fundamento jurídico.....	332
2.5.2. Pressupostos para a desapropriação.....	335
2.5.3. Objeto da desapropriação	337
2.5.4. Processo de desapropriação.....	340
2.5.5. Montante da indenização.....	343
2.5.6. Retrocessão.....	346

CAPÍTULO V DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA

1. Introdução	348
2. Do uso anormal da propriedade	350
2.1. Espécies de atos nocivos.....	350
2.2. Soluções para a composição dos conflitos.....	354
3. Das árvores limítrofes	357
4. Da passagem forçada	359
5. Da passagem de cabos e tubulações.....	361
6. Das águas	362
7. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem	367
8. Do direito de construir	370
8.1. Limitações e responsabilidades	370
8.2. Devassamento da propriedade vizinha	372
8.3. Águas e beirais.....	376
8.4. Paredes divisórias	377
8.5. Do uso do prédio vizinho.....	379

CAPÍTULO VI DO CONDOMÍNIO GERAL

1. Do condomínio voluntário.....	380
1.1. Conceito e espécies. O condomínio fechado ou condomínio de lotes.....	380
1.2. Direitos e deveres dos condôminos.....	385
1.3. Extinção do condomínio	390
1.4. Administração do condomínio	395
2. Do condomínio necessário.....	396

CAPÍTULO VII DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO

1. Considerações iniciais.....	398
2. Natureza jurídica	400
3. Instituição e constituição do condomínio	401
4. Estrutura interna do condomínio.....	407
5. Direitos e deveres dos condôminos.....	410
5.1. Deveres dos condôminos	410
5.2. Direitos dos condôminos	429
6. Da administração do condomínio em edificações	432

7. Da extinção do condomínio edilício	437
8. Do condomínio de lotes	439
9. Do condomínio em multipropriedade	441

CAPÍTULO VIII DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL

1. Conceito	444
2. Natureza jurídica	444
3. Causas de resolução da propriedade	445
3.1. Resolução pelo implemento da condição ou pelo advento do termo	445
3.2. Resolução por causa superveniente	447

CAPÍTULO IX DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

1. Conceito	448
2. Modos de constituição	453
3. Direitos e obrigações do fiduciante.....	454
4. Direitos e obrigações do fiduciário	456
5. Pacto comissório	456
6. Procedimento no caso de inadimplemento do contrato	457

TÍTULO IV DA SUPERFÍCIE

1. Conceito	461
2. Modos de constituição	466
3. Transferência do direito de superfície	468
4. Extinção do direito de superfície	469

TÍTULO V DAS SERVIDÕES

1. Conceito	472
2. Características das servidões.....	474
3. Classificação das servidões	477
4. Modos de constituição	479
4.1. Servidão constituída por ato humano	479
4.1.1. Negócio jurídico <i>causa mortis</i> ou <i>inter vivos</i>	479

4.1.2. Sentença proferida em ação de divisão.....	480
4.1.3. Usucapião	480
4.1.4. Destinação do proprietário	482
4.2. Servidão constituída por fato humano	483
5. Regulamentação das servidões	484
5.1. Obras necessárias à sua conservação e uso.....	484
5.2. Exercício das servidões.....	486
5.3. Remoção da servidão	487
6. Ações que protegem as servidões	489
7. Extinção das servidões	490

TÍTULO VI DO USUFRUTO

1. Conceito.....	494
2. Características do usufruto.....	496
3. Modos de constituição	499
4. Coisas objeto de usufruto.....	501
5. Analogias com o fideicomisso, a enfiteuse e a locação	501
6. Espécies de usufruto	503
7. Dos direitos do usufrutuário.....	505
8. Modalidades peculiares de usufruto.....	510
8.1. Usufruto dos títulos de crédito.....	510
8.2. Usufruto de um rebanho	511
8.3. Usufruto de bens consumíveis (quase usufruto).....	512
8.4. Usufruto de florestas e minas	513
8.5. Usufruto sobre universalidade ou quota-parte.....	514
9. Dos deveres do usufrutuário	515
9.1. Obrigações anteriores ao usufruto	515
9.2. Obrigações simultâneas ao usufruto.....	516
9.3. Obrigações posteriores ao usufruto	518
10. Da extinção do usufruto.....	519

TÍTULO VII DO USO

1. Conceito e características.....	523
2. Objeto do uso.....	525
3. Necessidades pessoais e da família do usuário.....	525
4. Modos de extinção do uso.....	526

**TÍTULO VIII
DA HABITAÇÃO**

1. Conceito	527
2. Regulamentação legal	527

**TÍTULO IX
DO DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR**

1. Conceito e características.....	532
2. Evolução da promessa de compra e venda no direito brasileiro....	534
3. A disciplina do direito do promitente comprador no Código Civil de 2002	536

**TÍTULO X
DA CONCESSÃO DE USO ESPECIAL
PARA FINS DE MORADIA**

1. Conceito.....	545
2. Regulamentação legal	545

**TÍTULO XI
DA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO**

1. Conceito	548
2. Regulamentação legal	548

**TÍTULO XII
DA LAJE**

1. Conceito	550
2. Regulamentação legal	551

**TÍTULO XIII
DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA
(DO PENHOR, DA HIPOTECA E DA ANTICRESE)**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Conceito e características.....	554
------------------------------------	-----

2. Requisitos dos direitos reais de garantia	559
2.1. Requisitos subjetivos	559
2.2. Requisitos objetivos	562
2.3. Requisitos formais	563
3. Efeitos dos direitos reais de garantia	565
3.1. Direito de preferência	565
3.2. Direito de sequela	568
3.3. Direito de excussão	569
3.4. Indivisibilidade	570
4. Vencimento antecipado da dívida.....	572
5. Garantia real outorgada por terceiro	576
6. Cláusula comissória	577
7. Responsabilidade do devedor pelo remanescente da dívida	579

CAPÍTULO II DO PENHOR

1. Conceito	580
2. Características.....	581
3. Objeto do penhor.....	582
4. Forma	584
5. Direitos do credor pignoratício	585
6. Obrigações do credor pignoratício.....	588
7. Direitos e obrigações do devedor pignoratício.....	590
8. Espécies de penhor.....	591
8.1. Penhor rural	592
8.1.1. Introdução.....	592
8.1.2. Penhor agrícola.....	596
8.1.3. Penhor pecuário	597
8.2. Penhor industrial e mercantil	599
8.3. Penhor de direitos e títulos de crédito.....	602
8.4. Penhor de veículos	610
8.5. Penhor legal	612
9. Extinção do penhor	617

CAPÍTULO III DA HIPOTECA

1. Conceito	621
2. Características	623

3. Requisitos jurídicos da hipoteca	624
3.1. Requisito objetivo. Hipoteca naval, aérea, de vias férreas e de recursos naturais.....	624
3.2. Requisito subjetivo.....	633
3.3. Requisito formal: título, especialização, registro.....	635
4. Espécies de hipoteca	641
4.1. Hipoteca convencional.....	641
4.2. Hipoteca legal	641
4.3. Hipoteca judicial	645
5. Pluralidade de hipotecas	646
6. Efeitos da hipoteca	649
6.1. Efeitos em relação ao devedor	649
6.2. Efeitos em relação ao credor.....	650
6.3. Efeitos em relação a terceiros	651
7. Direito de remição.....	652
8. Perempção da hipoteca	656
9. Prefixação do valor do imóvel hipotecado para fins de arrematação, adjudicação e remição	658
10. Hipotecas constituídas no período suspeito da falência.....	659
11. Instituição de loteamento ou condomínio no imóvel hipotecado	660
12. Cédula hipotecária	663
13. Execução da dívida hipotecária.....	663
14. Extinção da hipoteca	665

CAPÍTULO IV DA ANTICRESE

1. Conceito	670
2. Características	671
3. Efeitos da anticrese	672
4. Modos de extinção da anticrese	673

TÍTULO XIV DA ENFITEUSE

1. Conceito	674
2. Objeto da enfiteuse.....	674
3. Características da enfiteuse.....	675
4. Extinção da enfiteuse	676
<i>Bibliografia</i>	679

CARLOS ROBERTO GONÇALVES

Mestre em Direito Civil pela PUC-SP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Membro da Academia Brasileira de Direito Civil e do Instituto Brasileiro de
Direito Contratual. Compõe o Corpo de Árbitros do Centro de Arbitragem e
Mediação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp).

Direito Civil BRASILEIRO

DIREITO DAS SUCESSÕES

7

17ª edição
2023

saraiva 



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin

Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos

Gerência de produção e projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Fiór de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Liana Ganiko Brito

Design e Produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Daniela Nogueira Secundo

Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Diela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Rafael Cancio Padovan

Revisão Juliana Bormio

Capa Lais Soriano

Produção gráfica Marti Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Vox Gráfica

ISBN 978-85-5360-765-5 OBRA COMPLETA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

G635d Gonçalves, Carlos Roberto

Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões
v. 7 / Carlos Roberto Gonçalves. - 17. ed. - São
Paulo : SaraivaJur, 2023.
536 p.

ISBN: 978-65-5362-836-6 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito civil. I. Título.

CDD 347

CDU 347

2022-2864

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347
2. Direito civil 347

Data de fechamento da edição: 4-10-2022

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA

15001

CL

007935

CAE

816337

ÍNDICE

INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES

Capítulo Único ORIGEM E FUNDAMENTO DO DIREITO DAS SUCESSÕES

1. Conceito.....	1
2. Evolução histórica	3
3. Fundamento do direito das sucessões.....	6
4. Conteúdo do direito das sucessões.....	10

Título I DA SUCESSÃO EM GERAL

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Abertura da sucessão	13
2. Momento da transmissão da herança. A comoriência.....	15
3. Transmissão da posse: o princípio da <i>saisine</i>	18
4. Espécies de sucessão e de sucessores.....	21
4.1. Sucessão legítima e testamentária.....	21
4.2. Liberdade de testar	23
4.3. Sucessão a título universal e a título singular.....	24
4.4. Sucessão contratual.....	24
4.5. Sucessões irregulares	25
4.6. Espécies de sucessores	26
5. Lugar em que se abre a sucessão.....	26

Capítulo II

DA HERANÇA E DE SUA ADMINISTRAÇÃO

1.	A herança como um todo unitário.....	29
2.	A indivisibilidade do direito dos coerdeiros	30
3.	Responsabilidade dos herdeiros.....	31
4.	Cessão de direitos hereditários.....	33
4.1.	Conceito.....	33
4.2.	Forma e objeto.....	35
4.3.	Direito de preferência do coerdeiro	37
5.	Abertura do inventário	38
5.1.	Foro competente.....	39
5.2.	Nomeação do inventariante.....	39
5.3.	Natureza jurídica da inventariança	43
5.4.	Remoção do inventariante	43
6.	Administração provisória da herança.....	44

Capítulo III

DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1.	Legitimação para suceder: regra geral e exceção.....	46
2.	Legitimação para suceder por testamento.....	48
3.	●s que não podem ser nomeados herdeiros testamentários nem legatários.....	56
4.	Simulação de contrato oneroso e interposição de pessoa	60

Capítulo IV

DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA

1.	Conceito de aceitação de herança.....	63
2.	Espécies de aceitação.....	65
2.1.	Quanto à sua forma.....	65
2.2.	Quanto ao agente	68
3.	Características da aceitação.....	71
4.	Irretratibilidade da aceitação	73
5.	Anulação da aceitação.....	74

6. Conceito de renúncia.....	74
7. Espécies de renúncia.....	78
8. Restrições legais ao direito de renunciar	79
9. Efeitos da renúncia	82
10. Ineficácia e invalidade da renúncia	83
11. Irretratabilidade da renúncia.....	84

Capítulo V DOS EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO

1. Conceito e fundamento da indignidade	86
2. Causas de exclusão por indignidade.....	87
3. Falta de legitimação para suceder, indignidade e deserdação.....	93
4. Procedimento para obtenção da exclusão	96
5. Reabilitação ou perdão do indigno.....	100
6. Efeitos da exclusão	101
7. Validade dos atos praticados pelo herdeiro aparente	103

Capítulo VI DA HERANÇA JACENTE E DA HERANÇA VACANTE

1. Conceito de herança jacente	106
2. Natureza jurídica da herança jacente.....	107
3. Hipóteses de jacência.....	108
4. Conceito de vacância da herança	109
5. Efeitos da declaração de vacância.....	110

Capítulo VII DA PETIÇÃO DE HERANÇA

1. Conceito.....	113
2. Natureza jurídica da ação.....	115
3. Partes legítimas	117
4. Efeitos da sentença.....	119
5. Herdeiro aparente.....	121
6. Prescrição.....	123

Título II DA SUCESSÃO LEGÍTIMA

Capítulo I DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA

1.	Introdução.....	126
2.	Da ordem da vocação.....	129
2.1.	Sucessão dos descendentes. A parentalidade socioafetiva	132
2.1.1.	Igualdade do direito sucessório dos descendentes.....	136
2.1.2.	O sistema de vocação concorrente do cônjuge com os descendentes do autor da herança. O direito real de habitação.....	138
2.1.3.	A reserva da quarta parte da herança em favor do cônjuge sobrevivente na concorrência com os descendentes....	147
2.1.4.	Concorrência sucessória do companheiro sobrevivente...	150
2.2.	Sucessão dos ascendentes.....	150
2.3.	Sucessão do cônjuge sobrevivente.....	152
2.4.	Sucessão do companheiro sobrevivente.....	159
2.4.1.	A regulamentação da união estável antes do Código Civil de 2002.....	159
2.4.2.	A união estável no Código Civil de 2002.....	160
2.4.2.1.	Igualdade de direitos sucessórios do companheiro e do cônjuge proclamada pelo Supremo Tribunal Federal	166
2.4.2.2.	Concorrência do companheiro com o cônjuge sobrevivente.....	169
2.5.	Sucessão dos colaterais.....	170
2.6.	Recolhimento da herança pelo Município, Distrito Federal e União	173

Capítulo II DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS

1.	Introdução.....	175
2.	Restrição à liberdade de testar. Legítima e metade disponível.....	177
3.	Cláusulas restritivas.....	180

3.1. Cláusula de inalienabilidade	183
3.2. Cláusula de incomunicabilidade	184
3.3. Cláusula de impenhorabilidade	184
3.4. Sub-rogação de vínculos	185

Capítulo III DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO

1. Conceito	186
2. Fundamento jurídico	187
3. Requisitos do direito de representação	188
4. Linhas em que se dá o direito de representação	190
5. Efeitos da representação	191

Título III DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

Capítulo I DO TESTAMENTO EM GERAL

1. Introdução	193
2. Antecedentes históricos	194
3. Conceito de testamento	196
4. Características do testamento	197

Capítulo II DA CAPACIDADE DE TESTAR

1. A capacidade testamentária ativa como regra	202
2. Incapacidade em razão da idade	204
3. Incapacidade por falta de discernimento ou enfermidade mental	205
4. Incapacidade testamentária dos relativamente incapazes	209
5. Hipóteses não geradoras de incapacidade	211
6. Momento em que se exige a capacidade	213
7. Impugnação da validade do testamento. Captação da vontade	214

Capítulo III DAS FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO

1.	Introdução.....	218
2.	Invalidade do testamento conjuntivo.....	220
3.	Perda ou destruição e reconstituição do testamento.....	221
4.	Testamento público.....	222
4.1.	Requisitos e formalidades	223
4.1.1.	Lavratura pelo tabelião ou seu substituto legal em seu livro de notas.....	223
4.1.2.	Leitura em voz alta na presença de duas testemunhas....	227
4.1.3.	Necessidade da presença das testemunhas durante todo o tempo.....	229
4.1.4.	Data e assinatura.....	232
4.1.5.	Menção da observância das formalidades legais.....	234
4.2.	Registro e cumprimento do testamento público.....	235
5.	Testamento cerrado	236
5.1.	Requisitos e formalidades	237
5.1.1.	Cédula testamentária.....	238
5.1.2.	Ato de entrega do testamento cerrado.....	240
5.1.3.	Auto de aprovação	241
5.1.4.	Cerramento.....	242
5.2.	Abertura, registro e cumprimento do testamento cerrado.....	243
6.	Testamento particular	245
6.1.	Requisitos e formalidades	247
6.2.	Publicação e confirmação do testamento particular.....	252
6.3.	Confecção do testamento particular em circunstâncias excepcionais.....	253
7.	Testemunhas instrumentárias.....	255

Capítulo IV DOS CODICILOS

1.	Conceito.....	258
2.	Objeto do codicilo	259
3.	Redução do valor ou dos bens pelo juiz.....	261
4.	Requisitos do codicilo.....	263

5. Espécies de codicilo.....	264
6. Revogação do codicilo.....	265
7. Execução do codicilo.....	267

Capítulo V DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS

1. Introdução.....	268
2. Testamento marítimo.....	270
2.1. Conceito.....	270
2.2. Requisitos do testamento marítimo.....	271
2.3. Formas de testamento marítimo.....	271
2.4. Caducidade do testamento marítimo e do aeronáutico.....	273
3. Testamento aeronáutico.....	274
3.1. Conceito.....	274
3.2. Formas e requisitos do testamento aeronáutico.....	274
4. Testamento militar.....	275
4.1. Conceito.....	275
4.2. Requisitos do testamento militar.....	276
4.3. Formas de testamento militar.....	277
4.4. Caducidade do testamento militar.....	279
4.5. Disposições processuais.....	280
5. Testamento vital.....	280

Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS EM GERAL

1. Introdução.....	285
2. Interpretação dos testamentos.....	286
2.1. Regras práticas estabelecidas pela doutrina e pela jurisprudência.....	288
2.2. Normas interpretativas do Código Civil.....	290
3. Regras proibitivas.....	294
3.1. Nomeação de herdeiro a termo.....	294
3.2. Instituição de herdeiro sob condição captatória.....	295
3.3. Referência a pessoa incerta.....	297
3.4. Favorecimento de pessoa incerta, a ser identificada por terceiro.....	298

3.5. Delegação ao herdeiro, ou a outrem, da prerrogativa de fixar o valor do legado	299
3.6. Favorecimento de pessoas a que se referem os arts. 1.801 e 1.802.....	299
4. Regras permissivas	300
4.1. Nomeação pura e simples.....	301
4.2. Nomeação sob condição.....	301
4.3. Nomeação com imposição de encargo	306
4.4. Disposição motivada	311
4.5. Nomeação a termo, nas disposições fideicomissárias.....	312
4.6. Disposição com cláusula de inalienabilidade	313

Capítulo VII DOS LEGADOS

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Introdução.....	321
2. Classificação	324
2.1. Legado de coisas.....	324
2.1.1. Legado de coisa alheia	324
2.1.2. Legado de coisa comum	327
2.1.3. Legado de coisa singularizada	327
2.1.4. Legado de coisa localizada	328
2.2. Legado de crédito ou de quitação de dívida	329
2.3. Legado de alimentos.....	330
2.4. Legado de usufruto	331
2.5. Legado de imóvel	332

DOS EFEITOS DO LEGADO E DO SEU PAGAMENTO

1. Aquisição dos legados.....	333
2. Efeitos dos legados quanto às suas modalidades.....	335
2.1. Frutos da coisa legada. Legado de dinheiro	335
2.2. Legado de renda ou pensão periódica	336
2.3. Legado de coisa incerta.....	337
2.4. Legado alternativo	338
3. Responsabilidade pelo pagamento do legado.....	339

DA CADUCIDADE DOS LEGADOS

1.	Introdução.....	340
2.	Causas objetivas.....	341
2.1.	Modificação substancial da coisa legada	341
2.2.	Alienação da coisa legada	342
2.3.	Percicimento ou evicção da coisa legada	344
3.	Causas subjetivas	345
3.1.	Indignidade do legatário	346
3.2.	Premorte do legatário.....	346
3.3.	Renúncia do legatário.....	347
3.4.	Falecimento do legatário antes do implemento da condição suspensiva.....	347
3.5.	Falta de legitimação do legatário.....	347

Capítulo VIII

DO DIREITO DE ACRESCEER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS

1.	Conceito	348
2.	Princípios fundamentais	350
3.	Requisitos do direito de acrescer.....	350
4.	Espécies de disposições conjuntas	351
5.	Direito de acrescer entre coerdeiros	351
6.	Direito de acrescer entre colegatários	353
7.	Direito de acrescer no legado de usufruto	355

Capítulo IX

DAS SUBSTITUIÇÕES

1.	Conceito	356
2.	Espécies de substituição.....	357
3.	A substituição vulgar.....	358
4.	A substituição fideicomissária	360
5.	A substituição compendiosa	364
6.	Direitos e deveres do fiduciário.....	365
7.	Direitos e deveres do fideicomissário.....	368
8.	Caducidade do fideicomisso	370

9. Nulidade do fideicomisso	372
10. Fideicomisso por ato <i>inter vivos</i>	374
11. Fideicomisso e usufruto	374

Capítulo X DA DESERDAÇÃO

1. Conceito	377
2. Distinção entre deserdação e indignidade	379
3. Requisitos de eficácia da deserdação	380
4. Causas de deserdação	382
5. Efeitos da deserdação.....	388

Capítulo XI DA REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS

1. Conceito	390
2. Origem do instituto	391
3. Redução nas doações inoficiosas	392
4. Ordem das reduções	395
5. Redução em legado de bem imóvel	397
6. Ação de redução.....	398

Capítulo XII DA REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO

1. Conceito	400
2. Formas de revogação do testamento	401
3. Revogação por testamento ineficaz	405
4. Revogação do testamento revogatório	406

Capítulo XIII DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO

1. Conceito	408
2. Superveniência de descendente sucessível.....	409
3. Surgimento de herdeiros necessários ignorados, depois do testamento.....	412
4. Subsistência do testamento se conhecida a existência de herdeiros necessários	413

Capítulo XIV DO TESTAMENTEIRO

1.	Conceito.....	415
2.	Natureza jurídica	416
3.	Espécies de testamenteiro.....	418
4.	Nomeação do testamenteiro	420
5.	Aceitação do encargo pelo testamenteiro.....	421
6.	Atribuições do testamenteiro.....	422
7.	Responsabilidade do testamenteiro.....	424
8.	Remuneração do testamenteiro.....	425
9.	Cessação da testamentaria	426

Título IV DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Capítulo I DO INVENTÁRIO

1.	Introdução.....	428
2.	Conceito de inventário.....	429
3.	Bens que não se inventariam	431
4.	Abertura do inventário judicial.....	435
5.	Espécies de inventário	437
6.	Inventário negativo.....	437
7.	Inventariança.....	438
	7.1. Nomeação do inventariante	438
	7.2. Atribuições do inventariante.....	441
	7.3. Remoção e destituição do inventariante	442
8.	O processamento do inventário	444
	8.1. Foro competente	444
	8.2. Pedido de abertura.....	446
	8.3. Prestação das primeiras declarações.....	446
	8.4. Citação dos interessados.....	448
	8.5. Fase das impugnações. Questões de alta indagação.....	449
	8.6. Avaliação dos bens inventariados.....	451
	8.7. �ltimas declarações do inventariante	452
	8.8. Liquidação dos impostos.....	453

9. Fase da partilha	455
10. O arrolamento sumário	455
10.1. Conceitos e requisitos	455
10.2. Fases processuais	456
10.3. Eliminação de termos e dispensa de avaliação	458
11. O arrolamento comum	458
11.1. Conceito e requisitos	458
11.2. Plano de partilha	459
12. O inventário administrativo	459
12.1. Introdução	459
12.2. Caráter facultativo do procedimento administrativo	460
12.3. Dispensa de homologação judicial da partilha	461
12.4. Partes interessadas	461
12.5. Lavratura de escritura pública por tabelião de notas	463
12.6. Assistência de advogado	464
12.7. Sobrepartilha pela via administrativa	464
12.8. Inventário negativo	465
12.9. Alvará para levantamento ou recebimento de valores	465

Capítulo II DOS SONEGADOS

1. Introdução	467
2. Conceito	468
3. Quem está sujeito à pena de sonegados	468
4. Pressuposto subjetivo	469
5. Pena cominada	470
6. Momento em que se caracteriza a sonegação	472
7. Ação de sonegados	472

Capítulo III DO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS

1. Introdução	474
2. Responsabilidade do espólio e dos herdeiros	475
3. Habilitação dos créditos. Reserva e separação de bens	476
4. Despesas funerárias	478
5. Herdeiro devedor do espólio	479

Capítulo IV DA COLAÇÃO

1.	Conceito	481
2.	Fundamento da colação	482
3.	Pessoas sujeitas à colação	483
4.	Dispensa da colação	486
5.	Modos de efetuar a conferência.....	491
6.	Doação feita por ambos os cônjuges	493

Capítulo V DA PARTILHA

1.	Conceito	495
2.	Espécies de partilha.....	498
3.	Partilha em vida	500
4.	Regras sobre a partilha	502
5.	Sobrepilha	503

Capítulo VI DA GARANTIA DOS QUINHÕES HEREDITÁRIOS

1.	Efeito declaratório da partilha	506
2.	Responsabilidade pela evicção	507

Capítulo VII DA ANULAÇÃO DA PARTILHA

1.	Anulabilidade da partilha.....	510
2.	Rescindibilidade da partilha.....	511
3.	Nulidade da partilha	513
4.	Correção de erro de fato e de inexatidões materiais.....	514
Bibliografia		515